



**Tribunal Superior Eleitoral
+ Tribunais Regionais Estaduais
Técnico Judiciário – Área Administrativa**

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO

2º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Eu sou imparável!

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 60 questões, numeradas de 1 a 80.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer outro material.
- Em hipótese algum os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



**DIRETORIA DE PRODUÇÃO EDUCACIONAL
PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS**

FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

642023996

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Superior Eleitoral + Tribunais Regionais Estaduais
TSE+TREs

CARGO:

Técnico Judiciário

ESPECIALIDADE:

Área Administrativa

MODELO/BANCA:

FCC

EDITAL:

Pós-Edital

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

04/2023

DATA DE APLICAÇÃO:

04/2023

CONHECIMENTOS GERAIS
GRAMÁTICA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO
Andréa Cerqueira

TEXTO 1

- 1 Quando esta guerra acabar, e não tarda, que já a estamos vendo em seus derradeiros e fatais estertores, far-se-á a contagem final dos que nela perderam a vida, uns tantos aqui, uns tantos além, uns mais perto, outros mais longe, e, se é certo que, com o correr do tempo, o número daqueles que foram mortos em emboscadas ou batalhas campais acabou por perder importância ou esquecer de todo, já os crucificados, à roda de uns dois mil, segundo as estatísticas mais merecedoras de fé, permanecerão na memória das gentes da Judeia e da Galileia, a ponto de ainda deles se falar bastantes anos depois, quando um novo sangue for derramado em nova guerra. Dois mil crucificados é muito homem morto, mas mais haveriam de parecer-nos se os imaginássemos plantados a intervalos de um quilómetro ao longo duma estrada, ou rodeando, é um exemplo, o país que há-de chamar-se Portugal, cuja dimensão, na sua periferia, anda mais ou menos por aí. Entre o rio Jordão e o mar, choram as viúvas e outros órfãos virão tomar-lhes a vez, e se entretanto mudaram as modas, se o luto, de branco, passou a ser negro, ou vice-versa, se sobre os cabelos, que antes eram arrancados, se põe agora uma mantilha bordada, as lágrimas, quando sentidas, são as mesmas.

SARAMAGO, José. **O Evangelho segundo Jesus Cristo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.136.

1. Os textos, de uma forma geral, usam constantemente recursos de coesão que permitem a articulação entre as partes que os compõem. Quanto à construção do fragmento do romance de Saramago, o elemento
(A) “mesmas” (l. 10) faz referência a “modas” (l. 9).
(B) “deles” (l.5) refere-se a “gentes da Judeia e da Galileia” (l.5).
(C) “nela” (l.2) retoma o fragmento “far-se-á a contagem final” (ls.1 e 2).
(D) “daqueles” (l.3) poderia ser substituído por “dos” sem que isso acarretasse prejuízo gramatical ou semântico para o texto.
2. A concordância nominal em destaque que ocorre em “a ponto de ainda deles se falar **bastantes anos depois**, quando um novo sangue for derramado em nova guerra”, é a mesma que se vê em:
(A) Estavam todos bastante estressados com as mudanças do calendário.
(B) Havia muitos veículos na rodovia na hora do acidente.
(C) Andou bastante até chegar ao local indicado.
(D) Três reais é muito pouco para comprar a carne.
3. Em qual das passagens abaixo a classificação do termo destacado está correta?
(A) “... far-**se**-á a contagem final dos que nela perderam a vida...” (ls.1 e 2) – conjunção subordinativa integrante
(B) “...**se** entretanto mudaram as modas...” (l.9) – índice de indeterminação do sujeito
(C) “...**se** o luto, de branco, passou a ser negro...” (l. 9) – conjunção subordinativa integrante
(D) “...**se** põe agora uma mantilha bordada...” (l.10) – pronome apassivador
4. Em um texto, existem vários mecanismos de coesão: pronomes, conjunções, elipses, sinônimos. Alguns desses conectores são anafóricos – retomam um termo ou passagem anterior –, outros são catafóricos – antecipam termo ou passagem. Assim sendo, leia atentamente os fragmentos abaixo retirados do texto de Saramago. Marque a alternativa em que o termo destacado tem a classificação e o elemento do texto a que se refere corretos.
(A) “Quando esta guerra acabar, e não tarda, que já **a** estamos vendo em seus derradeiros e fatais estertores...” (l.1) – pronome oblíquo que se refere ao termo “esta guerra” (l.1).
(B) “...a contagem final dos que nela perderam a vida, **uns** tantos aqui, **uns** tantos além, **uns** mais perto, **outros** mais longe...” (ls.1 e 2) – numerais que retomam “dos” (daqueles que perderam a vida).
(C) “...o país que há-de chamar-se Portugal, **cuja** dimensão, na sua periferia, anda mais ou menos por aí” (ls.10 e 11) – pronome indefinido que antecipa o vocábulo “periferia” (ls.11 e 12)
(D) “...se sobre os cabelos, **que** antes eram arrancados” (ls.9 e 11) – conjunção integrante que apenas conecta orações.

TEXTO 2

1 Levou um instante até que eu compreendesse, para que absorvesse a bagunça do cômodo. Mesmo depois, senti que havia qualquer coisa de teatral no modo como as gavetas estavam escancaradas, como se tivessem sido deixadas daquela maneira por alguém que queria impressionar quem as encontrassem. Ou talvez fosse simplesmente o fato de eu conhecer meu irmão tão bem. Mais tarde, quando meus pais voltaram e os vizinhos vieram todos para dizer quando, estalar os dedos e dar de ombros, fiquei sozinha no meu quarto e entendi o que era aquele enjoo na boca do estômago: Nnamabia tinha feito aquilo, eu sabia. Meu pai também sabia. Ele comentou que a veneziana tinha sido aberta por dentro, não por fora (Nnamabia era bastante esperto para não cometer esse erro; talvez estivesse com pressa de voltar para a igreja antes de a missa acabar), e que o ladrão sabia exatamente onde ficavam as joias da minha mãe — no canto esquerdo de seu baú de metal. Nnamabia encarou meu pai com um sofridíssimo olhar dramático e disse: “Sei que já causei uma dor terrível a vocês dois antes, mas jamais violaria sua confiança desse jeito”. Ele falou em inglês, usando palavras desnecessárias como “dor terrível” e “violaria”, exatamente como fazia sempre que estava se defendendo. Então, saiu pela porta dos fundos e não voltou para casa naquela noite. Nem na seguinte. Nem na que veio depois. Voltou duas semanas mais tarde, magro, cheirando a cerveja, chorando, dizendo que sentia muito e que tinha penhorado as joias com os comerciantes hausa de Enugu e gastado todo o dinheiro.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. A cela um. In: **No seu pescoço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

5. No fragmento acima, os elementos da narração se apresentam de modo que fica evidente:
- (A) a predominância do pretérito perfeito – tempo mais usado nas narrativas – que expressa a sucessão dos fatos.
 - (B) o conflito vivido pelo narrador personagem – em dúvida quanto ao relato dos fatos e com incapacidade de ordená-los.
 - (C) a ausência de indicativos espaciais na narrativa – de importância secundária, entretanto fundamental para a resolução do conflito no trecho em questão.
 - (D) o discurso direto – apresentado no fragmento sem marcação gráfica, característica contemporânea dos textos.
6. Na passagem “Ele comentou que a veneziana tinha sido aberta por dentro, não por fora”, há duas ações concluídas no passado. Se substituirmos a locução verbal em destaque por um tempo verbal simples, teremos
- (A) ...foi aberta...
 - (B) ...era aberta...
 - (C) ...fora aberta...
 - (D) ...tivesse sido aberta...
7. Na passagem “o ladrão sabia exatamente onde ficavam as joias da minha mãe”, a oração destacada exerce a função sintática de
- (A) adjunto adnominal.
 - (B) adjunto adverbial.
 - (C) objeto direto.
 - (D) objeto indireto.

TEXTO 3



8. Considerando a tirinha da famosa personagem Mafalda e as classes de palavras, marque a alternativa correta.
- (A) A frase nominal “Coitada da mamãe!”, no primeiro quadrinho, pode ser entendida como uma interjeição, uma vez que é a manifestação de uma emoção, de um sentimento de pena expresso pela Mafalda.
- (B) Haveria alteração de sentido e prejuízo gramatical, se escrevêssemos a fala do segundo quadrinho da seguinte forma: **“Eu podia acalmá-la, dizendo que anseio por ir para o jardim-de-infância, em seguida para o primeiro grau, o colegial, a universidade etc.”**
- (C) No terceiro quadrinho, se os adjetivos “frustrada” e “medíocre”, concordassem com um substantivo masculino plural, não variariam em número, somente em gênero.
- (D) Estaria gramaticalmente errado se a frase proferida no último quadrinho fosse assim reescrita: **“É tão bom confortar a nossa mãe!”**
9. No terceiro quadrinho da tirinha da Mafalda, do cartunista Quino, as vírgulas utilizadas para isolar o termo “mamãe” têm a mesma justificativa em
- (A) Falávamos do Rio de Janeiro, a antiga capital do país, à época do Brasil Imperial.
- (B) Veja bem, Vossa Excelência, não estamos pedindo nada que não seja direito nosso.
- (C) Sua Excelência, o Ministro, acabou de sair sem assinar as pautas.
- (D) Fomos a Paris e, depois, a Roma.
10. Na seguinte fala de Mafalda, no primeiro quadrinho: “Está preocupada **porque** amanhã vou começar o jardim-de-infância”, a palavra destacada pode ser substituída, sem alteração de sentido, por
- (A) porquanto.
- (B) conquanto.
- (C) por que.
- (D) no entanto.

TEXTO 4

A pólis e a essência do homem

1 A tese de que só na pólis pode o homem atingir sua plena humanidade (=sua essência de "animal político") vem
exposta no livro I, cap. I da Política. A pólis é apresentada como o ponto de partida da análise e o "télós" de um movimento
natural que começa na comunidade do macho e da fêmea e se desenvolve engendrando formas mais complexas de comu-
5 nitárias mais simples, o engendramento da forma mais complexa não constitui mero acréscimo, mas passagem a outra
forma no sentido forte do termo "eidos". Confirma-o o argumento aristotélico contra as doutrinas "paternalistas" do poder
político (=prolongamento do poder paterno): político, rei, chefe de família ("oikonômikos"), senhor de escravos ("despó-
ticos"), não se distinguem apenas pela quantidade (isto é, o número daqueles sobre os quais incide sua autoridade): o
rei não é um grande pai. Entre os Bárbaros pode-se dizer, com Eurípedes, que "todos são escravos, menos um" e por isso
10 mesmo, ainda segundo Eurípedes, aprobativamente citado por Aristóteles, "ao Bárbaro, o Heleno tem o direito de comandar".

MORAES, João Quartim de. **Filosofia e Política**. 2.ed.L&PM, 1985.

11. Após a leitura do texto e considerando os mecanismos de coesão que o compõem, marque a alternativa correta.
- (A) Em "A pólis é apresentada como o ponto de partida da análise..." (l.2), o vocábulo destacado é um pronome relativo.
 - (B) A conjunção "mas" em "... o engendramento da forma mais complexa não constitui mero acréscimo, mas passagem a outra forma..." expressa a ideia de soma, acréscimo.
 - (C) Na passagem "Entre os Bárbaros pode-se dizer, com Eurípedes, que 'todos são escravos, menos um'", o termo destacado refere-se àquele que tem direito de comandar.
 - (D) Em "Confirma-o o argumento aristotélico contra as doutrinas 'paternalistas' do poder político", o sentido do vocábulo destacado é o mesmo do prefixo *ante-*.

TEXTO 5

Mochila digital

1 Há 60 anos – os coroas se lembram disso – a novidade nas listas de material escolar era a caneta tinteiro. Nos anos 50,
apareceram esferográficas e já não era preciso enfrentar derrames desastrosos de tinta e o emprego dos mata-borrões. Agora, a
novidade é mais clean e mais cara: os *tablets*.

5 Mesmo que persista certa desconfiança de familiares e professores sobre o uso de dispositivos eletrônicos móveis na sala
de aula, gestores do ensino público e particular começam a correr atrás da adaptação do conteúdo didático para formatos digitais,
uma vez que, antes mesmo de largar as fraldas, um número cada vez maior de crianças já tem mais o que fazer com os dedinhos
do que roer as unhas.

Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/celso-ming>>. Acesso em 2 abr. 2023.

12. A reescritura das passagens do texto está correta gramaticalmente em
- (A) "Há 60 anos...a novidade nas listas de material escolar era a caneta tinteiro. – *Fazem 60 anos ...que a novidade nas listas de material era a caneta tinteiro.*
 - (B) "...os coroas se lembram disso..." – *...os coroas lembram isso...*
 - (C) "Nos anos 50, apareceram esferográficas..." – *Nos anos 50, haviam as esferográficas...*
 - (D) "Mesmo que persista certa desconfiança de familiares e professores..." – *Embora persistam a desconfiança de familiares e professores...*
13. São acentuadas pela mesma regra as seguintes palavras do texto:
- (A) esferográficas – móveis – número
 - (B) conteúdo – já – público
 - (C) esferográficas – eletrônico – didático
 - (D) já – atrás – número

TEXTO 6

1 A transmissão segura de dados sigilosos, que é um velho e importante problema, continua sendo uma questão estratégica para qualquer sociedade moderna.

Para começar a abordá-la, vejamos de forma simplificada como as transmissões de dados são feitas de forma segura atualmente. Suponha-se que uma pessoa deseje fazer uma compra por meio da Internet e pagá-la com o cartão de crédito. Nesse caso, é necessário enviar os dados pessoais do comprador e o número do cartão de crédito para a loja. O problema é que, na transmissão, pode haver um espião conectado à rede, interessado em bisbilhotar a comunicação para obter os dados pessoais e, principalmente, o número do cartão de crédito do comprador. Para evitar a espionagem, as lojas virtuais utilizam a criptografia por meio de um método conhecido como protocolo de chave pública.

O computador do internauta comprador irá utilizar essa chave para codificar – ou encriptar, como se diz no jargão da informática – as informações pessoais e o número do cartão de crédito. Na prática, isso significa que esses dados secretos são digitalizados – ou seja, codificados – e, em seguida, é realizada uma operação lógica que envolve a chave e os dados secretos. Essa operação lógica é equivalente a uma operação matemática realizada na base binária.

A segurança de se usar a chave pública reside no fato de que qualquer pessoa pode utilizar essa sequência de bits para encriptar (codificar) os dados, mas apenas a loja virtual que a gerou poderá decodificar (desencriptar) os dados. Para realizar a decodificação, é necessário ter uma segunda sequência de bits lógicos – a chamada chave privada – e fazer uma nova operação binária, envolvendo os dados encriptados e a chave privada. Esta última é chamada privada porque só aquele que gerou a chave pública consegue produzir também a chave privada.

Se um espião tentasse decifrar os dados encriptados utilizando um computador moderno, ele levaria muitos anos, mesmo que dispusesse do computador mais rápido hoje existente. Por isso, esse é o sistema mais utilizado na atualidade por lojas virtuais de Internet, bancos etc.

Paulo Henrique Souto Ribeiro. Criptografia quântica: os desafios de gerar códigos invioláveis. In: **Revista Ciência Hoje**, vol.47.

14. Considerando-se o surgimento da espionagem na transmissão de dados sigilosos e os mecanismos para combatê-la em decorrência do amplo uso da internet, o texto tem como principal objetivo
- (A) discutir a espionagem de dados sigilosos na internet.
 - (B) treinar a sociedade no uso do protocolo da chave de segurança pública.
 - (C) alertar a sociedade sobre os riscos na transmissão de dados sigilosos pela internet.
 - (D) informar sobre a chave de segurança pública extensamente utilizada por bancos e lojas virtuais por ser hoje o mais seguro meio na transmissão de dados sigilosos.
15. Em “Suponha-se **que** uma pessoa deseje fazer uma compra por meio da Internet...”, a palavra destacada é
- (A) pronome relativo.
 - (B) conjunção coordenativa explicativa.
 - (C) conjunção subordinativa integrante.
 - (D) conjunção subordinativa adverbial consecutiva.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**Maurício Franceschini**

16. O Windows 10 possui diversas funcionalidades que podem ser acessadas por meio de seu Menu Iniciar. Assinale abaixo a funcionalidade que não se encontra no Menu Iniciar do Windows 10.
- (A) Acesso rápido aos aplicativos mais usados.
 - (B) Pesquisa de arquivos e pastas.
 - (C) Gerenciamento de dispositivos Bluetooth.
 - (D) Configurações do Sistema.
17. Analise as seguintes afirmações que versam sobre internet, intranet e extranet:
- I. A internet é uma rede pública global, enquanto a intranet e a extranet são redes privadas.
 - II. A intranet é uma rede privada limitada a uma organização, enquanto a extranet é uma rede privada que permite acesso a parceiros ou clientes autorizados.
 - III. A intranet é uma rede privada limitada a uma organização, enquanto a extranet é uma rede pública global.
 - IV. A internet, a intranet e a extranet são todas redes públicas globais, mas diferem em sua finalidade e público-alvo.
- Está correta apenas a afirmativa:
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) IV.
18. Assinale abaixo a alternativa que associa corretamente o malware apresentado à sua descrição.
- (A) Spyware: assume o controle de um dispositivo e o utiliza para enviar spam ou realizar ataques de negação de serviço.
 - (B) Ransomware: sequestra os arquivos do dispositivo e exige um pagamento para liberá-los.
 - (C) Adware: redireciona o tráfego da Internet do dispositivo para sites de phishing.
 - (D) Rootkit: é instalado sem o conhecimento do usuário e monitora suas atividades, incluindo suas senhas e outras informações confidenciais.
19. O Word 365 é um editor de textos da Microsoft, o qual possui a funcionalidade Referência Cruzada. Sobre esse recurso, assinale a alternativa que descreve sua utilização.
- (A) Permite criar tabelas e gráficos personalizados em um documento.
 - (B) Facilita a pesquisa por palavras-chave em um documento extenso.
 - (C) Permite vincular e referenciar conteúdo em diferentes partes de um documento.
 - (D) Fornece opções avançadas de formatação de texto em um documento.
20. Os navegadores são aplicativos que permitem acessar páginas web na internet. Sobre o Google Chrome, assinale a alternativa que descreve corretamente uma de suas funcionalidades.
- (A) Bloqueia automaticamente todos os pop-ups sem permissão do usuário.
 - (B) Permite armazenar e sincronizar senhas em diferentes dispositivos.
 - (C) Oferece recursos de edição de imagem embutidos para editar imagens em uma página da web.
 - (D) Integra-se com o Microsoft Office para criar e editar documentos diretamente no navegador.

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS**Eduardo Galante**

21. Nos termos da Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, assinale a alternativa correta.
- (A) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, poderá ser reduzido por questões legais.
 - (B) Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.
 - (D) As gratificações e os adicionais não se incorporam ao vencimento ou provento para quaisquer fins.
22. Em conformidade com a Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, marque a alternativa correta.
- (A) O suprimento de fundos destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede.
 - (B) O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas.
 - (C) O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) em relação à hora normal de trabalho.
 - (D) Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.
23. Nos termos da Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, aponte a alternativa correta.
- (A) Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada e de protocolos previstos normativamente.
 - (B) Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.
 - (C) São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos, salvo se forem necessárias e unicamente os meios probatórios.
 - (D) Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de cinco dias, mencionando-se data, hora e local de realização.
24. Relativamente à Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, marque a alternativa correta.
- (A) O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.
 - (B) O órgão competente solicitará a autoridade judicial autorização para declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.
 - (C) Das decisões administrativas cabe pedido de reconsideração, em face de razões de legalidade, de conveniência e de mérito.
 - (D) O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
25. Conforme previsto na Lei n. 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, aponte a alternativa correta.
- (A) Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
 - (B) É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 60 (sessenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, títulos públicos, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente.
 - (C) A ação por improbidade administrativa é preventiva, de caráter educativo, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, e não constitui ação civil, vedado seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
 - (D) A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**Carlinhos Costa**

26. De acordo com a Lei n. 13.146/2015, que versa sobre a inclusão da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.
- (A) A Lei n. 13.146/2015 dispõe somente sobre a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência.
 - (B) A Lei n. 13.146/2015 estabelece a obrigatoriedade de reserva de vagas para pessoas com deficiência em todos os concursos públicos, independentemente do cargo ou função a ser exercida.
 - (C) A Lei n. 13.146/2015 não aborda o direito à educação inclusiva, sendo focada apenas na acessibilidade.
 - (D) A Lei n. 13.146/2015 prevê que o atendente pessoal pode ser um membro da família que é remunerado para assistir ou prestar cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência.
27. De acordo com a avaliação da deficiência prevista na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), assinale a alternativa correta.
- (A) A avaliação da deficiência deve ser realizada por médicos especialistas em cada tipo de deficiência, sendo obrigatória a apresentação de laudo médico para comprovação.
 - (B) A avaliação da deficiência é um processo multidisciplinar que deve envolver diferentes profissionais, considerando não apenas os aspectos clínicos, mas também funcionais, sociais e psicossociais.
 - (C) A avaliação da deficiência é baseada em diagnóstico médico, não sendo necessário considerar as limitações funcionais e sociais da pessoa com deficiência.
 - (D) A avaliação da deficiência é facultativa, cabendo exclusivamente à pessoa com deficiência a decisão de realizar ou não o processo de avaliação.

ARQUIVOLOGIA**Elvis Miranda**

28. Um dos critérios para a classificação dos documentos, previsto na bibliografia arquivística, é a classificação por gênero. Considere que o arquivo histórico do TSE contenha os seguintes documentos resultantes de processos eleitorais anteriores em seus acervos: fotos de candidatos, filmagens de debates eleitorais gravados em VHS e *jingles* (músicas de campanha) gravadas em fita de áudio. Tais documentos são classificados, respectivamente, nos seguintes gêneros:
- (A) textual, iconográfico e sonoro.
 - (B) iconográfico, filmográfico e sonoro.
 - (C) filmográfico, iconográfico e sonoro.
 - (D) sonoro, iconográfico e filmográfico.
29. Diversos fatores contribuem para a degradação dos documentos nos arquivos e devem ser evitados para garantir que os prazos previstos na tabela de temporalidade sejam cumpridos. Assinale o item que apresenta corretamente uma dica de conservação dos documentos.
- (A) A luminosidade natural é benéfica à conservação dos documentos, de forma que o arquivo deve privilegiar locais em que os documentos estejam expostos diretamente a esta fonte de luz.
 - (B) A umidade alta compromete a qualidade dos documentos arquivados. Dessa forma, devem ser instalados equipamentos que mantenham a umidade do ar o mais baixa possível nos espaços destinados à guarda dos documentos.
 - (C) Deve ser evitada a instalação de arquivos em porões e subsolos, pois são locais normalmente com alto índice de umidade, além de mais propensos a problemas com alagamentos em virtude de vazamentos ou enchentes.
 - (D) O arquivo deve controlar os índices de umidade e temperatura, mantendo, no mesmo ambiente, documentos dos mais diversos suportes (papel, fita de vídeo e mídias digitais, por exemplo).
30. A bibliografia arquivística apresenta diversos princípios que fundamentam a área. Um dos princípios arquivísticos mais importantes é o da proveniência, também chamado de respeito aos fundos. Assinale o item que resume este princípio.
- (A) arquivos de entidades distintas não devem se misturar uns aos outros.
 - (B) os documentos de arquivo refletem as atividades da entidade acumuladora.
 - (C) o arquivo deve conservar o arranjo dado pela entidade acumuladora.
 - (D) os documentos de arquivo são únicos, em função do contexto em que foram criados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL****Ricardo Blanco**

31. Em relação aos direitos de primeira geração, que constituem uma abstenção do Estado, assinale a opção incorreta.
- (A) Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
 - (B) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
 - (C) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.
 - (D) É assegurado aos presos, apenas, o respeito à integridade física.
32. Os direitos individuais possuem um efeito irradiante, se espalhando em outros capítulos da Constituição. Assinale a opção incorreta em relação aos direitos individuais previstos na Constituição.
- (A) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
 - (B) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
 - (C) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
 - (D) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do dono do imóvel, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
33. Os direitos sociais são classificados como direitos de segunda geração, sendo considerados prestações positivas do Estado. Segundo a Constituição, são direitos sociais, exceto:
- (A) a educação.
 - (B) a saúde.
 - (C) a alimentação.
 - (D) a proteção à maternidade e ao idoso.
34. Sobre o tema nacionalidade, disciplinado na Constituição, assinale a opção incorreta.
- (A) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
 - (B) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
 - (C) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
 - (D) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
35. São privativos de brasileiro nato os cargos, exceto:
- (A) de Presidente e Vice-Presidente da República.
 - (B) de Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (C) de Presidente do Senado Federal.
 - (D) de oficial da Polícia Militar.
36. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, exceto:
- (A) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei ordinária, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
 - (B) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
 - (C) fundo de garantia do tempo de serviço.
 - (D) salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

37. Sobre a Administração Pública disciplinada na Constituição Federal, assinale a opção incorreta.
- (A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
 - (B) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
 - (C) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - (D) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
38. Assinale a opção incorreta em relação à Administração Pública.
- (A) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - (B) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
 - (C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - (D) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
39. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: processar e julgar, exceto:
- (A) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
 - (B) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
 - (C) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
 - (D) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
40. Segundo a Constituição, são funções institucionais do Ministério Público, exceto:
- (A) promover, exclusivamente, a ação penal pública, na forma da lei.
 - (B) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.
 - (C) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
 - (D) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**Raphael Spyere**

41. Arnaldo, policial rodoviário federal, em fiscalização nas estradas, reteve o caminhão de Francisco alegando estar o veículo com carga além do limite legal. Em troca da liberação do veículo, Arnaldo exigiu de Francisco o pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Uma vez tendo sido pago, Arnaldo liberou Francisco para prosseguir a viagem. À luz da situação narrada, aplicando-se a teoria do abuso de poder e as normas da Lei n. 8.429/1992 – Lei de Improbidade, é certo afirmar que:
- (A) Arnaldo incorreu em excesso de poder de polícia e poderá responder por ato de improbidade que atenta contra princípios da Administração.
 - (B) a conduta perpetrada por Arnaldo representa ato de improbidade administrativa, que poderá importar na suspensão dos direitos políticos por até 14 anos, o que afasta a responsabilização penal sob pena do contrário haver *bis in idem*.
 - (C) Arnaldo incorreu em desvio de poder de polícia e poderá responder por ato de improbidade, que importa em enriquecimento ilícito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil.
 - (D) Arnaldo responderá por abuso de poder na modalidade de desvio e, pela improbidade, perderá a função pública desde que por meio de decisão judicial transitada em julgado.
42. Arlete, servidora pública da Prefeitura de Ribeirão Preto, pleiteou ao setor responsável a concessão de licença-prêmio garantida no estatuto aplicado aos servidores do referido município. De acordo com a lei de regência, uma vez atendidas todas as exigências legais pelo demandante, a licença deverá ser concedida, mas seu gozo estará condicionado à escala elaborada pelo setor competente dentro do prazo de 120 dias posteriores ao deferimento do benefício. Arlete preencheu todas as exigências legais. Analisando o caso narrado, é certo concluir que:
- (A) enquanto servidora pública, Arlete mantém contrato de trabalho com a prefeitura, muito embora tenha se submetido a concurso público de provas ou de provas e títulos realizado pelo órgão.
 - (B) decorrido o prazo de 120 dias sem a elaboração da escala, a licença é eficaz e Arlete está autorizada a se ausentar do trabalho.
 - (C) devido à sua natureza, o gozo da licença-prêmio poderá ser revogado pela prefeitura em razão de oportunidade e conveniência do serviço público.
 - (D) em caso de indeferimento, Arlete poderá impetrar mandado de segurança por violação de direito líquido e certo não protegido por *habeas corpus* ou *habeas data*.
43. A respeito do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal a respeito do nepotismo e o conteúdo jurídico da Súmula Vinculante n. 13, é correto afirmar que:
- (A) A legislação que tem por objeto os casos de vedação ao nepotismo não é de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
 - (B) Como decorrência do princípio constitucional da legalidade, a vedação ao nepotismo deve constar expressamente em lei formal.
 - (C) Viola a Constituição Federal a nomeação de cônjuge ou parente em linha reta até o quarto grau, proibição que compreende ajustes mediante designações recíprocas.
 - (D) O rol de circunstâncias de nepotismo enumerado na Súmula Vinculante n. 13 é taxativo.
44. Considerando sua expectativa de consumo anual, uma autarquia federal elaborou o planejamento de compras de insumos de informática, qualificados como bens comuns. Concluindo ser oneroso e logisticamente complexo o armazenamento desses insumos, a autarquia federal decidiu instaurar procedimento de registro de preços para contratações sob demanda. Considerando o caso concreto narrado e as disposições contidas na Lei n. 14.133/2021, é certo afirmar que:
- (A) o procedimento instaurado é uma modalidade de licitação cujo critério de julgamento será o menor preço ou o maior desconto.
 - (B) o planejamento de compras elaborado pela autarquia federal deverá aplicar o princípio do parcelamento, ainda que o processo de padronização leve a fornecedor exclusivo.
 - (C) para a aquisição dos insumos desejados por meio de registro de preços, a autarquia federal não poderá adotar a modalidade de concorrência, seja de menor preço ou de maior desconto.
 - (D) a autarquia federal se enquadra no conceito de entidade participante e deverá gerir a ata de preços decorrente do procedimento de registro.
45. Sobre a nova redação da Lei n. 8.429/1992 – Lei Geral de Improbidade Administrativa, introduzida pela Lei n. 14.230/2021, bem como a jurisprudência sedimentada pelo Supremo Tribunal Federal, julgue as afirmativas a seguir como verdadeiras ou falsas.
- I. Aqueles que pratiquem atos de improbidade contra o patrimônio de entidades privadas subvencionadas pelo Poder Público estão sujeitos às sanções da Lei n. 8.429/1992.
 - II. O conceito legal de agentes públicos não abarca os agentes políticos.
 - III. O Presidente da República não está sujeito às diretrizes da Lei Geral de Improbidade Administrativa por expressa previsão constitucional.

- Está(ão) certa(s) apenas a(s) assertiva(s):
- (A) I, II e III.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II e III.
46. A Administração Pública se submete a uma série de medidas de controle promovidas internamente, por ela própria, ou externamente, pelos demais Poderes em suas funções típicas. No tocante a esse tema e a legislação de regência aplicada à Administração Federal, é correto afirmar que:
- (A) a titularidade do controle financeiro da Administração Federal foi constitucionalmente atribuída ao Tribunal de Contas da União, razão pela qual se responsabiliza pela apreciação das contas do Presidente da República.
(B) a propositura de recurso administrativo fora do prazo legal não impede a Administração de rever de ofício eventual ato ilegal que tenha praticado.
(C) a desistência total ou parcial do pedido formulado poderá se dar oralmente.
(D) por se tratar de controle interno, a tutela exercida pela Administração Direta sobre a Indireta é exemplo do exercício do poder administrativo hierárquico.
47. O conceito de administração pública pode ser explicado segundo o sentido subjetivo ou objetivo. Em viés subjetivo, a expressão administração pública significa:
- (A) O conjunto de órgãos e pessoas incumbidas do exercício da função administrativa estatal.
(B) O universo de atividades estatais desempenhadas para a realização dos interesses públicos.
(C) Os serviços públicos prestados pelos órgãos do Estado.
(D) O próprio fim do interesse público a ser atingido pelo Estado.
48. O grupo social, como um todo, é o destinatário da função pública exercida pelo Estado. Em caso de eventual conflito com os interesses de um indivíduo ou grupo específico, prevalecerão os interesses do grupo social, que no Direito Administrativo ganha contornos de interesses públicos. O princípio do regime jurídico administrativo que proporciona tal prerrogativa é a:
- (A) indisponibilidade dos interesses públicos.
(B) prevalência dos interesses públicos.
(C) independência dos Poderes.
(D) imperatividade dos atos administrativos.
49. Julgue as afirmativas a seguir sobre a reforma da Administração Pública e os novos modelos de entidades da Administração Indireta.
- I. Agência executiva não se trata de um novo modelo de entidade da Administração Indireta, mas sim um título de natureza vinculada, que deverá ser concedido às autarquias e às fundações públicas que atenderem aos requisitos exigidos em lei.
- II. Agências reguladoras vêm sendo criadas como entidades autárquicas sujeitas a um regime jurídico especial que mitiga a potencial influência política sobre suas funções de regulação e fiscalização.
- III. Consórcios públicos, também chamados de associações públicas, são entidades da administração indireta com personalidade jurídica de direito privado ou público.
- Está(ão) certa(s) apenas a(s) assertiva(s):
- (A) I, II e III.
(B) I e II.
(C) III.
(D) II.
50. Felipe, policial militar do Estado do Pará, em diligência, abordou Antunes por suspeitar estar ele comercializando entorpecentes. Mediante emprego desnecessário de violência física, tendo em vista não ter havido em qualquer momento resistência aos seus comandos, Felipe quebrou o braço de Antunes. No caso sob análise, de acordo com as regras constitucionais de responsabilidade civil pública, aplica-se a:
- (A) Irresponsabilidade do Estado do Pará, devendo Felipe responder diretamente pelos danos causados.
(B) Responsabilidade civil ilimitada do Estado do Pará, que deverá responder pelos danos causados independentemente da comprovação do nexo causal.
(C) Responsabilidade civil do Estado do Pará somente no caso de insolvência do Policial.
(D) Responsabilidade civil objetiva do Estado do Pará, segundo as regras do risco administrativo, que poderá ser afastada se comprovada a culpa exclusiva de Antunes.
(E) Responsabilidade civil subjetiva do Estado do Pará, segundo as regras do risco administrativo, que poderá ser afastada se comprovada a culpa exclusiva de Antunes.

NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL
Weslei Machado

51. Analise as seguintes situações:

- I. Ana, alfabetizada, com sessenta e cinco anos;
- II. Joquebede, alfabetizada, com quinze anos;
- III. Elcana, conscrito, em cumprimento do serviço militar obrigatório, com dezoito anos;
- IV. Miriã, analfabeta, com trinta e cinco anos.

Considerada essas situações, pode-se afirmar que se considera facultativo o alistamento nas assertivas:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.

52. Sunamita impetrou mandado de segurança perante o Tribunal Superior Eleitoral sob a alegação de violação de seu direito líquido e certo e sob a alegação de ato coator atribuído a Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Ao analisar o pedido, houve a denegação da ordem e a decisão proferida pelo Tribunal Superior Eleitoral não afrontou a Constituição Federal. Irresignada, Sunamita pretende interpor recurso contra o acórdão do Tribunal Superior Eleitoral. Considerada essa situação, assinale a alternativa correta:

- (A) não será admissível a interposição de recurso.
- (B) será admissível a interposição de recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal, no prazo de quinze dias.
- (C) será admissível a interposição de recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, no prazo de quinze dias.
- (D) será admissível a interposição de recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal, no prazo de três dias.

53. Consideradas as disposições da Constituição Federal sobre a composição do Tribunal Superior Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) o Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no máximo, de sete membros.
- (B) o Tribunal Superior Eleitoral tem, na sua composição, por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) o Tribunal Superior Eleitoral elegerá como seu Presidente, e como Vice-Presidente, um dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) o Corregedor Eleitoral, no Tribunal Superior Eleitoral, será eleito dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

54. Consideradas as disposições da Resolução-TSE n. 23.659/2021 sobre as operações do cadastro eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) A partir da data em que completar 14 anos, é facultado o alistamento eleitoral.
- (B) No ano em que se realizarem eleições ordinárias, o alistamento deverá ser solicitado até 100 dias antes da data das eleições.
- (C) Incorrerá em multa eleitoral a ser imposta pelo juiz eleitoral e cobrada no ato do alistamento o brasileiro nato, nascido em território nacional, que não se alistar até os 19 anos.
- (D) Tem-se a revisão quando o eleitor desejar alterar o seu domicílio eleitoral, em conjunto ou não com eventual retificação de dados ou regularização de inscrição cancelada.

55. Orfa, eleitora, com 65 anos de idade, alfabetizada, no mês de outubro de 2022, estava em viagem de turismo em Orlando, nos Estados Unidos, motivo pelo qual não compareceu às eleições para votar. Nesse caso, Orfa:

- (A) não precisa justificar sua ausência dada a facultatividade do seu voto.
- (B) deve justificar sua ausência, no prazo de até 30 dias da data da eleição.
- (C) deve justificar sua ausência, no prazo de até 60 dias da data da eleição.
- (D) deve justificar sua ausência, no prazo de até 30 dias, a contar da data do retorno ao país.

56. Considere as seguintes situações:

- I. Conflito de competência instaurado entre juízes eleitorais de estados diferentes;
- II. Registro de candidatura de candidatos a Senador da República;
- III. Fixar data das eleições para as eleições de Deputados Federais;
- IV. Suspeição ou impedimento do Procurador Regional Eleitoral.

Consideradas essas situações, pode-se afirmar ser da competência do Tribunal Superior Eleitoral:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

57. Consideradas as disposições do Código Eleitoral, não constitui causa de cancelamento da inscrição eleitoral:
- (A) suspensão dos direitos políticos.
 - (B) pluralidade de inscrição eleitoral.
 - (C) falecimento do eleitor.
 - (D) inscrição do eleitor já alistado posteriormente incorporado à prestação do serviço militar obrigatório.
58. Consideradas as eleições para o cargo de deputado federal, assinale a alternativa correta, com base nas disposições do Código Eleitoral sobre os sistemas eleitorais.
- (A) Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se pelo quociente partidário o número de votos válidos dados sob a mesma legenda.
 - (B) Na definição do quociente eleitoral, despreza-se a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.
 - (C) Estarão eleitos, entre os candidatos registrados por um partido que tenham obtido votos em número igual ou superior a 20% do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.
 - (D) No sistema eleitoral proporcional, adota-se o sistema de lista fechada.
59. A partir das disposições contidas no Código Eleitoral sobre os crimes eleitorais, assinale a alternativa correta.
- (A) Quando o Código Eleitoral não indicar o grau mínimo, entende-se que será ele de trinta dias para a pena de detenção.
 - (B) Quando a lei determinar a agravação ou a atenuação da pena sem mencionar o quantum, deve o juiz fixá-lo entre um sexto e dois terços.
 - (C) Aos crimes eleitorais não se aplicam as disposições do Código Penal.
 - (D) Nos crimes eleitorais cometidos por meio da imprensa, do rádio ou da televisão, aplicam-se exclusivamente as normas do Código Eleitoral e as remissões a outra lei nele contempladas.
60. Após a conclusão do inquérito policial instaurado para a apuração de crime eleitoral, o Ministério Público oferecerá a denúncia dentro do prazo de:
- (A) 24 horas.
 - (B) 3 dias.
 - (C) 5 dias.
 - (D) 10 dias.
61. Analise as seguintes assertivas:
- I. membro do Ministério Público em exercício na comarca, para as eleições de prefeito;
 - II. as autoridades policiais, civis ou militares, em exercício no município, para as eleições de prefeito;
 - III. para as eleições de presidente e vice-presidente da república, os membros do Ministério Público.
- Consideradas essas situações, pode-se afirmar que, para participarem das eleições, as pessoas indicadas nas assertivas acima devem se desincompatibilizar-se, respectivamente, no prazo de:
- (A) 3 meses, 4 meses e 6 meses.
 - (B) 4 meses, 4 meses e 4 meses.
 - (C) 4 meses, 4 meses e 6 meses.
 - (D) 6 meses, 6 meses e 6 meses.
62. Caso um candidato a senador da república não preencha uma das condições de elegibilidade, contra ele será admissível a propositura da ação de impugnação ao registro de candidatura:
- (A) perante o Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de cinco dias, a contar da publicação do pedido de registro.
 - (B) perante o Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de três dias, a contar da publicação do pedido de registro.
 - (C) perante o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de cinco dias, a contar do pedido de registro.
 - (D) perante o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de cinco dias, a contar da publicação do pedido de registro.

63. Sobre as prescrições contidas na Lei n. 9.096/1995 relativas à criação de partidos políticos, assinale a alternativa correta.
- (A) Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.
 - (B) Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 5% dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.
 - (C) Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores, correspondente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.
 - (D) Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores, correspondente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados na última eleição geral para o Senado Federal, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.
64. Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária. Nesse caso, os partidos políticos reunidos em federação deverão permanecer a ela filiados por:
- (A) no máximo, 4 anos.
 - (B) no máximo, 8 anos.
 - (C) no máximo, 2 anos.
 - (D) no mínimo, 4 anos.
65. No julgamento do processo de prestação de contas apresentadas pelo Partido Político Alpha, a Justiça Eleitoral detectou que houve o recebimento de recursos de origem não esclarecida. Nesse caso, será cabível a aplicação da seguinte sanção ao partido político:
- (A) devolução da quantia apontada como irregular, acrescida de multa de até 50%.
 - (B) devolução da quantia apontada como irregular, acrescida de multa de até 100%.
 - (C) suspensão da participação no fundo partidário por um ano.
 - (D) suspensão do recebimento de quotas do fundo partidário até que o esclarecimento seja aceito pela Justiça Eleitoral.
66. Considera-se eleito o candidato a Prefeito que obtiver a maioria de votos, em turno único de votação, não computados os votos em brancos e nulos, nos Municípios que tenham:
- (A) mais de duzentos mil eleitores.
 - (B) mais de duzentos mil habitantes.
 - (C) até cem mil eleitores.
 - (D) até duzentos mil eleitores.
67. Neemias, candidato ao cargo de Prefeito, pretende ajuizar representação com pedido de direito de resposta à Justiça Eleitoral em razão de ofensa contida proferida em órgão da imprensa escrita. Nesse caso, o ofendido poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral no seguinte prazo, a contar da veiculação da ofensa:
- (A) 24 horas.
 - (B) 48 horas.
 - (C) 72 horas.
 - (D) 3 dias.
68. Ao constituir a mesa receptora de votos, o juiz eleitoral nomeou um membro de diretório de partido político. O partido político Beta, no prazo legal, reclamou dessa nomeação. Nesse caso, deve o juiz eleitoral proferir a decisão em:
- (A) 24 horas.
 - (B) 48 horas.
 - (C) 72 horas.
 - (D) 3 dias.

69. Desde o dia anterior até o posterior à eleição, não poderá fazer transporte de eleitores os veículos:
- (A) a serviço da Justiça Eleitoral.
 - (B) de partidos políticos ou coligações.
 - (C) coletivos de linhas regulares e não fretados.
 - (D) de uso individual do proprietário, para o exercício do próprio voto e dos membros da sua família.
70. Considerado o entendimento sumulado do Tribunal Superior Eleitoral, assinale a alternativa correta.
- (A) No processo de registro de candidatos, não tendo o juiz aberto prazo para o suprimento de defeito da instrução do pedido, o documento, cuja falta houver motivado o indeferimento, não pode ser juntado com o recurso interposto.
 - (B) O exercício de mandato eletivo é circunstância capaz para a comprovação da condição de alfabetizado do candidato.
 - (C) Somente é cabível ação rescisória de decisões do Tribunal Superior Eleitoral que versem sobre a incidência de causa de inelegibilidade.
 - (D) É dispensável o esgotamento das instâncias ordinárias para a interposição de recurso especial eleitoral.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

José Wesley

71. Caso uma instituição esteja estruturada em dois tipos de organogramas, sendo uma parte composta por estruturas de trabalho com duração limitada ao tempo dos projetos e estruturas funcionais de natureza permanente, que dão suporte aos projetos, podemos afirmar que são características da estrutura:
- (A) linear.
 - (B) piramidal.
 - (C) matricial.
 - (D) em rede.
72. A estrutura organizacional é composta por diversos elementos formais e informais. Como parte da estrutura formal, o documento que representa a relação entre os diversos setores e níveis organizacionais é denominado:
- (A) histograma.
 - (B) cronograma.
 - (C) amplitude de controle.
 - (D) organograma.
73. O processo administrativo compreende um conjunto de funções do administrador, que inclui medir e corrigir o desempenho dos colaboradores para certificar se aquilo que foi planejado está sendo cumprido. A função administrativa que inclui esses papéis é denominada:
- (A) planejar.
 - (B) organizar.
 - (C) dirigir.
 - (D) controlar.
74. Entre as funções administrativas do processo organizacional, a função que inclui o papel de alocar tarefas e recursos, designar atividades, definir autoridade e delinear responsabilidades é:
- (A) planejar.
 - (B) formar.
 - (C) estruturar.
 - (D) dirigir.
75. Sobre as ferramentas e teorias básicas da gestão de qualidade, considere:
- I. Fluxogramas são simbologias que permitem compreender e modo mais didático o fluxo do processo.
 - II. Diagramas de dispersão é utilizado para determinar se existe ou não relação entre duas variáveis.
 - III. Diagrama de Pareto é utilizado como ferramenta de priorização e por isso permite o gestor identificar o conjunto de causas responsável pela maioria dos problemas.

Está correto o que consta APENAS nas premissas

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) III.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Anderson Ferreira**

76. No orçamento base-zero, busca-se rediscutir toda a empresa sempre que se elaborar o orçamento, questionando cada gesto, cada estrutura, buscando verificar sua real necessidade. Acerca desse orçamento, é correto afirmar:
- (A) quanto ao controle da execução, há concentração na fidelidade funcional do agente público.
 - (B) é priorizada a metodologia de ajustes marginais para a estimativa dos recursos orçamentários do exercício subsequente, com base no exercício anterior.
 - (C) o foco é na avaliação crítica de cada dispêndio consignado no orçamento do exercício anterior.
 - (D) os aspectos de eficiência, eficácia e efetividade dos dispêndios públicos são desconsiderados.
77. De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem.
- I. A LDO exerce duas principais funções: a de planejamento tático, de forma a orientar a elaboração da LOA no exercício subsequente; e a de estabelecer diretrizes para a gestão fiscal responsável do setor público.
 - II. O PPA é uma norma primordial para o planejamento e orçamento público, em que são estabelecidos diretrizes, objetivos e metas de longo prazo para a administração pública.
 - III. A LOA é o instrumento de planejamento operacional no orçamento público brasileiro e é conhecida atualmente como Lei de meios, em que são priorizados os aspectos contábeis na consignação dos recursos orçamentários.
- Assinale a opção correta.
- (A) Apenas o item III está certo.
 - (B) Nenhum item está certo.
 - (C) Apenas o item II está certo.
 - (D) Apenas o item I está certo.
78. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. No que se refere ao processo legislativo orçamentário e às emendas do orçamento impositivo, julgue os itens abaixo e assinale a opção incorreta.
- (A) Nas emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária, deve-se aprovar o limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, e a metade desse percentual deve ser destinada a ações e serviços públicos de saúde.
 - (B) Nas emendas parlamentares impositivas individuais, os recursos oriundos da transferência com finalidade definida serão vinculados à programação estabelecida na emenda e aplicados nas áreas de competência constitucional da União.
 - (C) A prerrogativa de envio de Mensagem retificadora da proposta orçamentária ao respectivo Poder Legislativo é do Chefe do Poder Executivo, ainda que os recursos sejam direcionados ao Poder Judiciário, Legislativo, bem como os órgãos autônomos.
 - (D) Nas emendas parlamentares impositivas individuais, os recursos oriundos da transferência especial serão aplicados em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federativo beneficiado, desde que pelo menos 70% de tais recursos sejam aplicados em despesas de capital.
79. Julgue as assertivas abaixo e assinale a opção correta com relação à receita pública.
- (A) Considerando apenas os recursos financeiros de caráter temporário, pode-se afirmar que não há receita pública em sentido estrito. Tais recursos não se incorporam no patrimônio público.
 - (B) As receitas oriundas da exploração do patrimônio público são derivadas, pois resultam da exploração da atividade econômica do Poder Público.
 - (C) A dívida ativa é um crédito tributário da fazenda pública oriundo de créditos vencidos e não pagos no vencimento, que dispensa registro próprio.
 - (D) A classificação da receita por natureza é qualitativa e é composta por oito dígitos, que especificam a categoria econômica, origem, espécie, desdobramento e tipo.
80. Considere que um fornecedor tenha realizado a entrega de computadores ao Poder Público ao final do exercício financeiro, mas que a conferência dos computadores não tenha sido finalizada pela Administração até o período citado.
- Nessa situação hipotética,
- (A) como o lote foi fornecido ao final do exercício financeiro, é possível afirmar que a aquisição ocorreu por meio de suprimento de fundos.
 - (B) caso, até o final do exercício, a conferência ainda não tenha sido finalizada, considerar-se-á automaticamente concluída e a obrigação será registrada em restos a pagar processados.
 - (C) caso o pagamento ocorra em exercício subsequente, a obrigação deve ser registrada em despesas de exercícios anteriores.
 - (D) como não houve a finalização da conferência até o final do exercício financeiro, a despesa poderá ser inscrita em restos a pagar não processados.



2º Simulado

Tribunal Superior Eleitoral + Tribunais Regionais Estaduais

(Concurso Unificado)

Folha de Respostas

Número do Caderno
000000000

Cargo ou Opção
Técnico Judiciário – Área Administrativa

Objetiva Seletiva

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -	061 -	071 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -	062 -	072 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -	063 -	073 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -	064 -	074 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -	065 -	075 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -	066 -	076 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -	067 -	077 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -	068 -	078 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -	069 -	079 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -	070 -	080 -

App

GRAN QUESTÕES



SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

» E, com **mais de 2 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com mais de 700 mil questões comentadas pelos nossos professores para que você assimile melhor o conteúdo. E continuamos contando mais questões!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despensa nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero estudar pelo
app gran questões